Desigualdade social e pobreza no Brasil

A contribuição de Thomas Piketty

Thomas Piketty recompôs estatisticamente e analisou a história da desigualdade no século XX e início do século XXI, os resultados de sua extensa pequisa foram publicados especialmente em dois volumosos livros (O capital no Século XXI, de 2013, e Capital e Ideologia, de 2019), dando origem a uma série de estudos sobre o tema em todo o mundo.

Sob sua liderança foi então criada a Base de Dados de Desigualdade Mundial (WID.world) e instituido o Laboratório da Desigualdade Mundial (WIL.world), uma rede com mais de 100 pesquisadores espalhados pelo mundo. A cada ano o Laboratório publica o Relatório da Desigualdade Mundial que pode ser acessado pela internet https://wir2022.wid.world/.

Inúmeros estudos têm sido publicados por universidades, agências de governo e centros de pesquisa públicos e privados, desenvolvendo metodologias de análise e comparações internacionais, além da sistematização de estatísticas e da organização de bancos de dados em escala mundial.

Piketty (Capital e Ideologia): :
"Na realidade histórica, o nível de desigualdade é determinado sobretudo pela capacidade ideológica, política e institucional das sociedades em justificá-la e estruturá-la, e não pelo grau de riqueza ou desenvolvimento em si" (pag. 248) .
" A desigualdade é determinada acima de tudo por considerações ideológicas e políticas, e não por causa de uma contingência econômica ou tecnológica" (pag. 249

Interrelações da desigualdade social

Desigualdade e crescimento

- Países com maiores índices de desigualdade tendem a ter taxas de crescimento mais baixas e persistentes (Fostering Inclusive Growth 2017 . (Promovendo o crescimento inclusivo - Nota do FMI para a reunião do G-20)
- Redistribuir para crescer e desenvolver: "Acho que as elites brasileiras que recusam redistribuir a riqueza fazem um erro histórico, porque a longo prazo todos podem se beneficiar de um sistema com mais justiça econômica, mais justiça social e prosperidade e desenvolvimento do que uma sociedade muito desigual que é o Brasil de hoje" (Piketty na entrevista ao Valor/Folha por ocasião do lançamento do seu livro Capital e Ideologia no Brasil)

Desigualdade e mundo financeiro

- Não apenas os lucros, mas os altos ganhos de capital obtidos sobre a riqueza acumulada (p.ex valorização de imóveis e de ativos financeiros) aumentam a concentração de renda
- O endividamento das famílias associado a juros altos opera como vetor de transferência de renda dos trabalhadores para os rentistas e o para o setor financeiro (bancos e investidores)

- A alta taxa de juros básica utilizada para a estabilização da economia, além de funcionar como piso para as operações de crédito, incide diretamente sobre os títulos públicos. A elevação do custo do serviço da dívida pública transforma-se num importante mecanismo de transferência de renda para os detentores da riqueza financeira, em detrimento da redistribuição dos tributos para a sociedade na forma de despesas orçamentárias para o investimento público e o custeio de bens e serviços públicos de interesse social.

Desigualdade e política fiscal

- Tributar os mais ricos e gastar o mesmo valor com políticas que elevam a renda dos mais pobres tem um efeito multiplicador sobre o crescimento econômico, dado o diferencial da propensão a consumir desses dois grupos
- O gasto social (despesas com saúde, educação, previdência e assistência social) tem caráter progressivo, portanto redutor de desigualdades
- Maior acesso e melhores serviços públicos permitem aumentar o poder de compra, transferir renda não monetária na forma de serviços, reduzir a desigualdade e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores
- A tributação regressiva (concentração da arrecadação em impostos indiretos, alíquotas pouco regressivas e isenções na tributação direta) sustenta e agrava a concentração renda

A desigualdade social no Brasil

O Brasil no mundo

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Segundo o World Inequality Report 2022, os 10% mais ricos concentram 59% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas cerca de 10% da renda. A desigualdade brasileira é maior que a dos EUA, onde os 10% mais ricos ficam com 45% da renda nacional, e a da China, onde este percentual é de 42%. Além disso, a renda per capita média dos 10% mais ricos é 30 vezes maior que a dos 50% mais pobres.

Quando se trata de concentração de renda no topo, tem-se que o centésimo mais rico chega a apropriar-se de 23% da renda total, quando para a maior parte dos países este percentual está entre 5% e 15%. Os EUA configuram-se como uma exceção, onde os 1% mais ricos ficam com cerca de 20% da renda nacional.

Fatores estruturais relacionados com a pobreza e a desigualdade brasileira:

- “establishment” conservador, resistente à implementação e ampliação de direitos sociais e de políticas públicas compensatórias e inclusivas, mesmo aquelas previstas constitucionalmente
- sistema tributário regressivo: carga elevada de tributos indiretos e reduzida progressividade de impostos sobre a renda, propriedade e riqueza acumulada
- discriminações históricas especialmente de raça e gênero
- alto grau de informalidade, quebra de direitos trabalhistas e previdenciários e legislação que favorece a precarização do trabalho:

- Ineficiência econômica, baixo crescimento e custos sociais: altos índices de desigualdade podem levar a ineficiência econômica, baixo crescimento e custos sociais a serem absorvidos pelo Estado relacionados aos comportamentos não cooperativos, à criminalidade e ao amparo de grande faixa da população excluida do processo produtivo.
- Desempenho econômico abaixo do potencial produtivo do país: as altas taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho no processo produtivo evidencia que a economia brasileira opera abaixo do seu potencial (dimensão territorial, tamanho da população, força de trabalho subutilizada, disponibilidade de recursos naturais e capacidade gerencial e tecnológica) que poderiam ser mobilizados sem que houvesse pressão devido à escassez de recursos.

Situação do mercado de trabalho (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar- PNAD 4º semestre 2022/IBGE)

As flututações da atividade econômica refletem-se diretamente no mercado de trabalho e consequentemente nos rendimentos e condição dos vida dos trabalhadores.

Subutilização e informalização da força de trabalho: Segundo a PNAD/IBGE, a força de trabalho disponível em 2022 era de 126 milhões de pessoas, dos quais 98 milhões (78%) ocupados, 24 mihões (19%) desocupados e subutilizados por insuficiência de horas trabalhadas e 4 milhões (3%) desalentados. Dos 98 milhões de trabalhadores ocupados, 36 milhões não contribuiam para a previdência.Dos 49 milhões de trabalhadores empregados no setor privado, 13 milhões (26,5%) não tinham carteira assinada, sendo que entre os 5,8 milhões de trabalhadores domésticos este percentual alcançava 75%.

Baixa remuneração e heterogeneidade ocupacional: Segundo PNAD/IBGE do 4º trimestre de 2022, o rendimento médio mensal dos trabalhadores ocupados do Brasil estava em R$ 2.727, variando entre R$ 1.076 para os trabalhadores de serviços domésticos e R$ 4.069 para os empregados nas atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas e R$ 3.933 na administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais. Com relação ao gênero, os homens ganhavam em média 25% mais que as mulheres.

Renda domiciliar per capita (Síntese dos Indicadores Sociais – SIS 2022/IBGE)

Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais 2022, do IBGE, o rendimento mensal domiciliar per capita do Brasil em 2021 foi de R$ 1.353, apresentando valores diferenciados por gênero e cor/raça: homens com R$1.393 , mulheres com R$1.315; brancos com R$1.866, pretos ou pardos com R$ 949.

A diferenciação ocorre também a nível regional: Nordeste com R$ 843, Norte com R$ 871, Centro-Oeste com R$ 1.634, Sudeste com R$ 1.645 e Sul com R$ 1.656. Os rendimentos per capita mais elevados encontram-se no Distrito Federal (R$ 2.480) e Estados de São Paulo (R$ 1.816), Rio Grande do Sul (R$ 1.767) e Santa Catarina e Rio de Janeiro (R$ 1.685 cada); os mais baixos no Maranhão (R$ 639), Alagoas (R$ 757), Amazonas (R$ 810), Pará (R$ 828), Pernambuco (R$ 838) e Bahia (R$ 845).

A renda mediana nacional per capita em 2022 foi de apenas R$ 810, o que sugere que a maior parte da população brasileira tem baixos rendimentos e que o valor médio é puxado pela população de alta renda.

Além da desigualdade regional acima caracterizada, é preciso ter presente que mesmo nas regiões, metrópoles e centros urbanos mais ricos existem bolsões de pobreza e padrões críticos de desigualdade.

A baixa remuneração da força de trabalho combinada a estagnação do salário mínimo, taxas instáveis e descontínuas de crescimento econômico, ausência de um componente inclusivo nas políticas de desenvolvimento, indefinição do estabelecimento de um padrão de renda mínima em substituição aos programas sociais de caráter paliativo das situações de extrema pobreza levaram,nos últimos anos, ao aumento das desigualdades e da pobreza, em razão da corrosão permanente dos rendimentos das famílias. Mesmo em nível insuficente, os programas sociais tem contribuido decisivamente para oferecer um padrão mínimo de existência uma parcela significativa da população brasileira.

Indicadores da Desigualdade e da Pobreza (Síntese dos Indicadores Sociais- SIS 2022/IBGE)

Na Sìntese dos Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2022, do IBGE, a desigualdade é medida pelo **índice de Gini** (variando de 0 a 1, entre a igualdade absoluta e a extrema concentração) e pelo **índice de Palma** (relação entre a parcela da renda apropriada pelo Topo dos 10% mais ricos e pela Base da pirâmide da distribuição de renda, formada por 40% da população).

Em 2021 o índice Gini foi de 0,544, retornando ao patamar de 2012. Nos anos intermediários oscilou em torno deste valor: recuo até 2015; crescimento de 2015 a 2019 em razão da desaceleração econômica e da crise da pandemia da Covid-19; redução momentânea para 0,524 em 2020 que pode ser atribuida à concessão do auxílio emergencial naquele ano.

Pelas mesmas razões, o índice de Palma aumentou de 4,08 em 2012 para 4,27 em 2021, sendo que em 2020 teve uma breve redução para 3,75. Este indicador mostra, portanto, que a massa da renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos é 4,27 vezes maior que a dos 40% da base da pirâmide de distribuição de renda.

Existe uma grande disparidade na distribuição de renda em termos regionais, o índice de Gini de 2021 varia entre o mínimo de 0,424 em Santa Catarina e o máximo em Roraima (0,596). Os Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco , junto com Distrito Federal e Rio de Janeiro, estavam entre os com maiores desigualdades. Por outro lado, Santa Catarina, Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul os menores índices naquele ano.

Além das diferenças na distribuição da renda pessoal e regional, é também marcante a desigualdade horizontal: brancos x negros e pardos , homens x mulheres, urbano x rural, trabalhador qualificado x não qualificado, alta escolaridade x baixa escolaridade.

O IBGE estima que dentre o grupo de pessoas situadas abaixo da linha de pobreza (rendimento domiciliar per capita inferiore a US$ 5,50 -PPC-2021) era de 18% eram homens brancos e 36,5 % homens pretos e pardos; 19% mulheres brancas e 39% mulheres pretas e pardas.

Existe atualmente um consenso internacional de que o combate à pobreza deve fazer parte das políticas públicas, especialmente dos países em desenvolvimento, o que demanda o desenvolvimento de ferramentas metodológicas para a quantificação e qualificação das populações em condição de pobreza.

Estas podem ser classificadas em dois grupos: as que medem a pobreza monetária e as que estabelecem medidas dos aspectos multidimensionais da pobreza, além da monetária. A pobreza monetária refere-se unicamente à insuficiência de rendimentos das famílias para provisão de seu bem-estar. A multidimensional abarca a combinação de indicadores monetários e não monetários, tais como acesso à educação, saúde, saneamento, moradia, tecnologia, etc.

Para fins de comparação internacional, o Banco Mundial definiu três linhas de pobreza cujos valores dependem dos níveis de renda dos países.

A linha de extrema pobreza está fixada atualmente em US$ 1,90 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra - PPC, a preços internacionais de 2021, e ancorada nas estimativas de pobreza dos países mais pobres do mundo.

Considerando que quanto maior o nível de renda média dos países maior deve ser a linha de pobreza, foram adicionadas as medidas de US$ 3,20 e US$ 5,50 por dia, sendo a primeira direcionada a países de renda média-baixa e a última para países de renda média-alta, como o Brasil.

De acordo com este critério calcula-se que 29,4% da população brasileira (62,5 milhões de pessoas) enquadrava-se na categoria de pobres em 2021. Pelo critério do Banco Mundial (US$ 1,90/dia), 8,4% da população (18 milhões de pessoas) sobreviviam na condição de pobreza extrema naquele ano.

São definidas também as linhas de pobreza administrativas, criadas com objetivo de identificação do público beneficiário de programas sociais (Benefício de Prestação Continuada - BPC, Bolsa Família, Cadastro Único). Utizando-se o critério do Cadastro Único (1/2 salário mínimo -Valor nominal mensal *per capita* de R$ 550) calcula-se que 32% da população (68 milhões de pessoas) eram pobres e, pelo critério do BPC (1/4 do salário mínimo-Valor nominal mensal *per capita* de R$ 275), 13,4% da população (28,5 milhões de pessoas) sobreviviam na extrema pobreza em 2021.

Associada ao nível de pobreza e à renda monetária, a insegurança alimentar em 2021, segundo o IBGE, afetava 58,7% dos domicílios brasileiros, sendo 15,20% referentes a insegurança alimentar grave e 43,20% a insegurança alimentar leve e moderada.

A pobreza é multidimensional, embora a renda monetária seja o indicador mais relevante para nós economistas, ela possui outros componentes associados, tais como saúde, educação, alimentação, moradia, traduzidos nas condições de vida da população, que as pesquisas amostrais do IBGE/PNAD captam através de indicadores. Em 2018 a população brasileira possuía as seguintes restrições às suas condições de vida:

- 28% tinham restrição de acesso à educação
- 12% à condição de moradia
- 37% ao saneamento básico

- 20% à internet
- 3% à proteção social
- 11% tinham pelo menos uma restrição

O estudo do Marc Morgan

Um estudo inovador na análise da desigualdade social no Brasil foi realizado por Marc Morgan em 2017 (Extrema e persistente desigualdade: novas evidências para o Brasil combinando Contas Nacionais, pesquisas amostrais e dados fiscais, 2001-2015), o qual combina as pesquisas de amostragem domiciliar da PNAD com informações detalhadas do imposto de renda (Receita Federal) de forma consistente com as contas nacionais (IBGE).

Este estudo é importante porque capta com mais precisão que a PNAD os dados da população de alta renda, que são subestimados nas pesquisas amostrais em razão das dificuldades de acesso aos detentores e pela imprecisão na revelação dos rendimentos aos entrevistadores.

Além de recompor a renda fiscal pela incorporação dos rendimentos não tributáveis e de tributaçao exclusiva na fonte, Morgan utiliza as contas nacionais para decompor a renda nacional nos seus diferentes fluxos de rendimentos de capital (atividade empresarial, fundos de pensão, seguridade) e os provenientes do trabalho (salários, pensões, seguro desemprego, trabalho por conta própria).

Morgan avalia a evolução da desigualdade no período 2001-2015, a partir da segmentação da renda nacional antes da tributação da população adulta com mais de 20 anos, em três grupos de rendimentos:
Topo: 10% da população com alta renda
Intermediário: 40% na faixa de renda média
Base: 50% da população com renda baixa

Opta por trabalhar com esses 3 níveis de renda em lugar do índice de Gini, por considerar que este indicador de concentração é muito abstrato (de difícil compreensão pela população) e também por não revelar as posições exremas (topo e base) e as suas relações.

Por exemplo, um índice de Gini em torno de O,6 em que se situa o Brasil não revela claramente a assombrosa acumulação no topo, além de exigir maiores estratificações para que tenha mais precisão.

O resultado da pesquisa coloca o Brasil entre os países com maior concentração de renda nas comparações internacionais, seja com países na faixa similar de renda per capita, seja com os mais pobres.

Os dados de 2015 mostram que no Brasil o Topo (10% de alta renda) apropria-se de 55% da renda nacional antes da tributação, em contraposiçao ao grupo da Base da pirâmide de distribuição de renda (50% da população com renda mais baixa), que detém 13% da renda nacional. Ou seja, os 10% da população concentram uma renda renda 4,2 vezes maior que a metade da população.

O grupo intermediário correspondente a 40% da população adulta e detém 32% da renda nacional, correspondente a 2,5 vezes a renda total do grupo da Base (50% da população).

A evolução da distrihuição de renda no período de 2001 a 2015 leva às seguintes conclusões:

A despeito dos programas sociais de redução da pobreza (bolsa-família e benefícios de prestação continuada – BPC) não houve alteração significativa do quadro de concentração de renda, tendo o grupo do Topo (10% da população) crescido a sua participação em um ponto percentual e o grupo da Base da pirâmide (50% da população) avançado também cerca de um ponto percentual, em detrimento do achatamento da renda do grupo Intermediário (40% da população), que teve a sua parcela na renda nacional reduzida em dois pontos percentuais.

Obviamente, todos os três grupos se beneficiaram do forte crescimento real da renda nacional nesse período, que foi de 18,3%. No entanto, a apropriação foi diferenciada em função da renda per capita de cada grupo e de sua participação no bolo econômico: o grupo da Base se apropriou de 17,6% do crescimento real, o grupo Intermediário de 21,6% e o grupo do Topo de 60,8% do crescimento.

Considerando as transferências diretas dos programas sociais, que chegaram a cerca de 1,5% do PIB em 2015, o grupo do Topo reduziu a sua posição final, no conceito de renda antes da tributação, em igual percentual, enquanto o grupo da Base teve um incremento correspondente de 1,5 ponto percentual.

Embora com resultados pouco significativos em termos redistributivos, foram consideráveis os resultados, no período, para a redução da pobreza, bem como para o aumento da renda do trabalho, que se beneficiou da elevação do salário-mínimo real, da redução do desemprego e da maior formalização do trabalho.

Voltando à renda antes da tributação, conclui-se que foi mantida a forte concentração no Topo e houve o achatamento na Base da pirâmide (90% da população), este último decorrente da valorização do trabalho de menor qualificação (taxa de desemprego mais baixa e aumento real de 64% do salário-mínimo), além da maior escolarização e da queda do prêmio educacional. Quanto à resiliência do Topo, pode ser explicada pela importância das rendas de capital na economia brasileira.

No que se refere às comparações internacionais, os dados de 2014 revelam que Brasil e Índia, entre seis países, têm a maior concentração no Topo e na relação Topo/Base do que os demais países (EUA, China, França e Rússia). Isso significa que o Brasil e a Índia ainda não têm uma economia assentada predominantemente no poder de renda e consumo das classes de renda média e baixa.

Comparação internacional da distribuição de renda - 2014

Países	Topo 10%	Intermed 40%	Base 50%	Relação Topo/Base	
				Base 50%	Base 90%
Brasil	55%	32%	13%	4,2	1,2
India	55%	30%	15%	3,7	1,2
EUA	46%	41%	13%	3,5	0,9
China	42%	43%	15%	2,8	0,7
Russia	46%	37%	17%	2,7	0,9
França	32%	46%	22%	1,5	0,5

Avanços recentes que contribuiram para a redução (ou não agravamento) da desigualdade e o combate à pobreza

- Redemocratização do País, tendo como elemento chave a Constituição de 1988 que cristalizou direitos humanos e sociais. Destaque-se entre os dispositivos voltados para a promoção da justiça social o Artigo 3º, Inciso III estabelecendo que "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil [..] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais"
- Maior organização, legitimizaçao, capacidade de mobilização e representação político-institucional dos grupos e movimentos sociais mais afetados pelas desigualdades e exlusão social
- Vinculação de receitas orçamentárias para as áreas de educação, saúde e assistência social
- Investimentos públicos em infra-estrutura urbana, abastecimento de água e saneamento
- Políticas públicas voltadas para assistência social, redução da pobreza e inclusão social e econômica
- Políticas sustentadas de estabilização econômica e de valorização do salário mínimo (apesar de a política de establização ter efeitos adversos de caráter regressivo (juros altos, contenção dos gastos públicos, em especial das despesas com a assistência social) e de restrição ao crescimento (contenção da demanda e dos investimentos públicos e privados).
- Elevação dos níveis de escoloridade e de acesso da população ao ensino superior
- Crescimento econômico, investimento público e ações de promoção do desenvolvimento regional e de setores estratégicos, fatores que contribuiram decisivamente para o aumento da renda per capita

Sugestões e recomendações

- Incluir nas análises e relatórios econômicos informações sobre o quadro de pobreza e desigualdade vigente no País
- Dar atenção nas análises do desempenho econômico e de eventos da política econômica aos seus impactos regionais e sobre os diferentes segmentos sociais, com destaque para as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis
- Planejamento econômico: projetar e avaliar as políticas de desenvolvimento e de investimento público com a utilização de critérios que levem em conta as demandas

sociais e o efeito sobre a distribuição da renda e da riqueza, com destaque para impactos sociais e de geração de emprego e renda na base da pirâmide de distribuição de renda

- Aprofundar os estudos sobre fluxos de renda e riqueza na economia, bem como sobre os condicionantes históricos e sistêmicos da persistencia e reprodução da desigualdade social
- Reduzir e simplificar os tributos sobre o consumo e ampliar a tributação progressiva sobre a renda e a riqueza. Revisar permanentemente as isenções e desonerações tributárias tendo como referência os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos.
- Rever o federalismo fiscal, de forma a buscar melhor equalização na distribuição dos fundos públicos, proporcionalmente às populações regionais
- Incrementar as despesas e investimentos públicos voltados para a melhoria e ampliação da infra-estrutura e serviços públicos de saúde, saneamento, educação, transporte público, habitação e acesso à informação e à cultura, buscando-se também a melhoria da gestão e da eficiência alocativa dos gastos

Gilson Duarte Ferreira dos Santos
Corecon-DF
Abril 2023

Publicações recomendadas:

- Capital e Ideologia. Thomas Piketty
- Uma História de Desigualdade: A Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil 1926-2013. Pedro H. G. Ferreira de Souza (pesquisador do IPEA)
- WORLD INEQUALITY REPORT 2022- https://wir2022.wid.world/
- IBGE - SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA 2022 https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979
- **FMI – GROUP OF TWENTY FOSTERING INCLUSIVE GROWTH G-20 Leaders' Summit, July 7-8, 2017 https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=group+of+twenty+fostering+inclusive+growth+pdf**
- **Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015 - WID.world WORKING PAPER SERIES N° 2017/12**
- Escravidão - Volume III: Da Independência do Brasil à Lei Áurea – Laurentino Gomes (2022)

Notas explicativas (SIS-IBGE):

força de trabalho Conjunto das pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência**.**
força de trabalho ampliada Soma das pessoas que compõem a força de trabalho com a parcela das pessoas que se encontram na força de trabalho potencial.
força de trabalho potencial Conjunto das pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam potencial de se transformarem em força de trabalho. Esse contingente é formado por dois grupos: pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; e pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência
nível de ocupação Percentagem das pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.
taxa composta da subutilização da força de trabalho Percentagem das pessoas subocupadas por insuficiência de horas somadas às pessoas desocupadas e à força de trabalho potencial, em relação à força de trabalho ampliada.
taxa de desocupação Percentagem das pessoas desocupadas em relação à força de trabalho.

rendimento mensal de trabalho Rendimento bruto (para o assalariado) ou retirada bruta mensal (para o empregador ou trabalhador por conta própria) habitualmente ou efetivamente recebidos em dinheiro, ou em produtos e mercadorias, como pagamento pelo trabalho de um mês completo em todos os trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.
rendimento mensal domiciliar *per capita* Relação entre o rendimento mensal domiciliar e o número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

auxílio emergencial 2020 Benefício financeiro concedido pelo governo federal, de caráter mensal e temporário, com o objetivo de garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia de COVID-19. O benefício foi, inicialmente, concedido no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), ou no valor de R$ 1 200,00 (mil e duzentos reais) para a mulher provedora de família monoparental (mãe solteira)
auxílio emergencial 2021
Com início em abril de 2021, o benefício foi composto de quatro parcelas mensais no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), sendo que, na hipótese de pessoa que mora so zinha, o benefício foi composto de quatro parcelas mensais no valor de R$ 150,00 (centoe cinquenta reais). A mulher provedora de família monoparental (mãe solteira) teve direito a quatro parcelas mensais no valor de R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)..

índice (ou coeficiente) de Gini Medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população, tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de “0” (situação onde não há desigualdade) e “1” (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

índice de Palma Medida de desigualdade relativa obtida a partir da razão entre o rendimento concentrado pelos 10% da população com os maiores rendimentos e o rendimento concentrado pela população com os 40% menores rendimentos. Para efeito do presente estudo,está sendo usado o rendimento real efetivo de todas as fontes.
paridade de poder de compra (PPC) Medida utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países ou moedas, como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral, varia em decorrência de mudanças nos índices de preços, da volatilidade do mercado de capitais e da especulação. O fator de conversão de PPC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos.

pobreza Condição de pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não terem acesso a rendimentos, consumo ou a uma cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso. Ao mesmo tempo, a abordagem mais recorrente utiliza valores monetários, isto é, rendimentos ou consumo (pobreza monetária).
pobreza monetária Condição de pessoas, famílias ou domicílios que se encontram abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos ou consumo. A linha ou as linhas utilizadas podem ser únicas no País ou variar regionalmente, além de serem construídas segundo diversas metodologias. *Ver também* linha de pobreza.
linha de pobreza Recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres. Existem diversas metodologias para gerar linhas de pobreza; as mais comuns são as linhas absolutas (com valores numéricos específicos), as relativas (uma proporção da média ou mediana dos rendimentos, por exemplo), e as subjetivas (baseadas na percepção das pessoas).